

**EXAME DE ORDEM 2006.2 - PROVA OBJETIVA
CONSTITUCIONAL**

1. Examine as seguintes proposições, tendo em conta o Direito Constitucional e a orientação do

Supremo Tribunal Federal:

- I. O preâmbulo inserto na Constituição da República Federativa do Brasil alcança força normativa e a invocação da proteção de Deus. Em vista dessa mencionada natureza, torna-se obrigatória às constituições estaduais.
- II. A mera instauração de inquérito policial, quando evidente a atipicidade da conduta, não ofende o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana.
- III. Não ofende o texto da CRFB/88 e seus princípios, a regulação, em lei municipal, do horário de funcionamento de estabelecimentos

comerciais. Assinale a alternativa correta:

- a) apenas as proposições I e II estão corretas.
- b) somente a proposição III está correta.
- c) apenas as proposições I e III estão corretas.
- d) as proposições I, II e III estão corretas.

2. Examine as seguintes proposições, tendo em conta o Direito Constitucional e a orientação do

Supremo Tribunal Federal:

- I. A jurisprudência do STF firmou o entendimento de que a fiança concedida em contrato de locação exclui, por expressa disposição da Lei de Locações, a proteção contra a penhora normalmente assegurada ao bem de família.
- II. Serão considerados brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que venham a residir no Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
- III. Fere os princípios da livre concorrência e da defesa do consumidor, entre outros, a lei municipal que, a pretexto de regular o zoneamento da cidade, proíbe a instalação de farmácia a menos de 500 metros de estabelecimento da mesma natureza.

Assinale a alternativa correta:

- a) as alternativas I e III estão corretas.
- b) as alternativas I, II e III estão corretas.
- c) as alternativas I e II estão corretas.
- d) apenas as alternativas II e III estão corretas.

3. Examine as seguintes proposições, tendo em conta o Direito Constitucional e a orientação do

Supremo Tribunal Federal:

- I. Cabe aos Estados-membros a competência para explorar e regulamentar a prestação de serviços de transporte intermunicipal.
- II. A parte interessada na causa somente pode se dirigir ao Supremo Tribunal Federal, com pedido de intervenção federal, para prover a execução de decisão da própria corte. Quando se trate de decisão de Tribunal de Justiça, o requerimento de intervenção deve ser dirigido ao respectivo Presidente, a quem incumbe, se for o caso, encaminhá-lo ao Supremo Tribunal Federal, sob pena de ser considerada carecedora de ação por ilegitimidade ativa *ad causam*.
- III. Cabível se afigura o recurso extraordinário por contrariedade ao princípio constitucional da legalidade, mesmo que a sua verificação pressuponha rever apenas a interpretação dada a normas infraconstitucionais pela decisão recorrida.

Assinale a alternativa correta:

- a) as alternativas I, II e III estão corretas. b) apenas a proposição III está errada.
- c) as alternativas I e II estão erradas. d) as alternativas I e III estão corretas.

4. Examine as seguintes proposições, tendo em conta o Direito Constitucional e a orientação do Supremo Tribunal Federal:

- I. A imunidade parlamentar se estende ao co-réu, ainda que sem essa prerrogativa.
- II. O princípio constitucional de reserva da jurisdição não se estende ao tema da quebra de sigilo, pois a própria CRFB/88, em disposição expressa, autorizou às CPIs, sempre em ato motivado e em caráter excepcional, quebrar a esfera de privacidade das pessoas.
- III. Os atos regulamentares de Medidas Provisórias não-convertidas em lei não subsistem autonomamente, eis que nelas reside, de modo direto e imediato, o seu próprio fundamento de validade e de eficácia.

Assinale a alternativa correta:

- a) apenas as proposições II e III estão corretas. b) as proposições I e II estão erradas.
 - c) as proposições I, II e III estão erradas. d) as proposições I e III estão corretas.
5. Declarada pelo Supremo Tribunal a inconstitucionalidade em tese (*in abstracto*) de lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, a cessação de sua eficácia:
- a) será imediata - sem interferência de outro poder -, com efeitos *erga omnes* e vinculante.
 - b) será imediata, somente no caso de arguição de descumprimento de preceito

- fundamental julgada procedente.
- c) somente ocorrerá depois que o Senado suspender a sua execução.
 - d) será imediata, se a decisão for tomada pelo voto de oito ministros do STF.
6. A inconstitucionalidade de uma lei:
- a) ocorre apenas quando seu conteúdo contraria preceito expresso de uma Constituição, seja ela federal ou estadual.
 - b) resulta, também, imediatamente, da antinomia entre lei ordinária e lei complementar, segundo jurisprudência do STF.
 - c) só pode ser aferida se o seu parâmetro tiver como fundamento regra ou princípio da Constituição Federal.
 - d) resulta tanto da contrariedade da lei a preceito da Constituição Federal ou Estadual, como da elaboração em desconformidade com o procedimento estabelecido nessas Constituições.
7. Em nosso Direito Constitucional, tendo em conta os temas “Processo Legislativo” e “Federação”, é correto afirmar que:
- a) A Constituição Federal, tendo em conta as espécies normativas previstas no artigo 59, admite a iniciativa popular apenas em matéria de lei ordinária, complementar e emenda à Constituição, o que não é possível em relação a medida provisória, resoluções e decretos legislativos.
 - b) Lei federal, lei estadual, lei municipal e lei nacional, são categorias aceitas em nossa doutrina e jurisprudência pátrias.
 - c) A lei complementar é superior à lei ordinária, devendo a segunda obedecer aos ditames da primeira, sob pena de invalidade.
 - d) A lei federal é superior à lei estadual, e esta superior à municipal, tendo em conta a repartição vertical de competências legislativas e a supremacia das entidades federadas de maior extensão sobre as de menor extensão.
8. Assinale a alternativa correta:
- a) O Supremo Tribunal Federal firmou posição no sentido de poder declarar inconstitucional a atuação ilimitada do poder constituinte originário.
 - b) Norma de eficácia contida é aquela que para ganhar plena eficácia exige a edição de lei ou de outro ato normativo que lhe complete a regulação normativa, só assim ensejando o exercício do direito ou do poder por ela conferido.
 - c) Poder constituinte derivado é o poder constituído pela Constituição para a reforma de seu texto.
 - d) Pela corrente positivista, o poder constituinte originário é poder de fato ou poder político, encontrando limites jurídicos para sua atuação.
9. Assinale a alternativa correta. Nossa vigente Constituição Federal pode ser classificada de:
- a) Analítica, escrita, popular e rígida.
 - b) Escrita, outorgada, democrática

- e prolixa. c) Flexível, popular, prolixa e escrita.
- d) Rígida, costumeira, popular e sintética.

10. A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, derrubando veto do Governador do Estado, aprovou projeto de lei considerado inconstitucional, por violar distribuição de competência prescrita na Constituição Estadual. Diante de tal circunstância, qual deve ser o caminho impugnatório, pronto e eficaz, a ser adotado pelo Chefe do Executivo Estadual catarinense?
- a) Sancionar o projeto de lei e depois propor ADIN perante o STF.
 - b) Argüir a inconstitucionalidade da lei perante o STF, via recurso extraordinário.
 - c) Impetrar mandado de segurança contra ato da Assembléia Legislativa perante o TJ, antes que se perfectibilize o processo de feitura da lei.
 - d) Propor ação direta de inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, após a entrada em vigor da lei.

DIREITO ADMINISTRATIVO

11. Examine as seguintes proposições:

- I. Os agentes delegatários atuam na mesma condição dos agentes da Administração, e encontram-se aptos à produção do ato administrativo, estejam ou não no exercício da função delegada. Nesta última hipótese, passam a integrar a estrutura funcional da Administração Pública.
- II. Sob pena de ofensa ao princípio da Separação dos Poderes, não pode o Congresso Nacional sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar.
- III. Embora dispensada a Administração Pública de licitar no caso de contratação do fornecimento ou suprimento de energia elétrica com o concessionário, permissionário ou autorizado segundo as leis específicas, isso não significa que o administrador está inteiramente livre para a contratação; ao contrário, deverá sempre justificá-la a fim de que seja avaliada a sua conduta e condenado eventual arbítrio.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a proposição III está correta. b) As proposições I e II estão corretas. c) As proposições II e III estão corretas.
- d) As proposições I, II e III estão erradas.

12. Examine as seguintes proposições:

- I. São considerados legítimos os atos de mera regulamentação que, a pretexto de estabelecerem normas de complementação da lei, criam direitos e impõem obrigações aos indivíduos.
- II. Os atos administrativos desprovidos de motivos são nulos. Mas a inexistência destes se verifica quando a matéria de fato ou de direito, em que se fundamenta o ato, é materialmente inexistente ou juridicamente inadequada ao resultado obtido.
- III. A Administração Pública pode revogar a licitação, em virtude de

critérios de ordem administrativa, ou por razões de interesse público. Nessa hipótese, deverá sempre justificar os motivos de sua decisão. Todavia, não vale como justificativa, a alegação de interesse público no desfazimento do que já existia antes do início do processo licitatório.

Assinale a alternativa correta:

- a) As proposições I e III estão corretas.
- b) Apenas a proposição III está correta.
- c) As proposições I, II e III estão erradas.
- d) As proposições II e III estão corretas.

13. Examine as seguintes proposições.

- I. Caracteriza-se como *concessão de serviço público precedida da execução de obra pública*, a hipótese em que o Estado constrói, por exemplo, um estacionamento com seus próprios recursos e, não tendo interesse na sua exploração, resolve transferi-lo a particulares.
- II. A criação de pessoas subsidiárias das empresas públicas e sociedades de economia mista prescinde de lei específica, mormente se a lei instituidora da entidade primária previu tal hipótese de criação.
- III. As autarquias, bem como as pessoas jurídicas de direito privado, têm o início de sua personalidade jurídica marcado pela inscrição, no registro próprio, de seus contratos, atos constitutivos ou estatutos.

Assinale a alternativa correta:

- a) As proposições I e III estão corretas.
- b) As proposições II e III estão corretas.
- c) Apenas a proposição II está correta.
- d) As proposições I, II e III estão corretas.

14. Examine as seguintes proposições:

- I. Nos serviços públicos, o princípio da modicidade impõe à Administração Pública que verifique o poder aquisitivo do usuário desses serviços, de modo a não alijá-lo do universo de beneficiários por dificuldades financeiras.
- II. Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.
- III. A responsabilidade objetiva do Estado não incide quando o agente estatal atua fora dos limites de suas funções, mas a pretexto de exercê-las, porquanto o fato ocorrido não pode ser tido como fato administrativo.

Assinale a alternativa correta:

- a) As proposições I, II e III estão erradas.
 - b) Apenas as proposições I e II estão corretas.
 - c) As proposições II e III estão corretas.
 - d) As proposições I e III estão corretas.
15. Assinale a alternativa correta. A imposição de normas que fixam limites e definem padrões de construção em um município, caracteriza:
- a) Intervenção no domínio econômico.
 - b) Servidão administrativa.
 - c) Desapropriação.
 - d) Limitação administrativa.
16. Assinale a alternativa correta. A locação de imóvel, para nele funcionar determinado serviço público, será uma modalidade de contratação que:
- a) Inexige a licitação, nos casos previstos na lei.
 - b) Depende de prévia licitação, em qualquer caso.
 - c) Pode dispensar a licitação, nos casos previstos na lei.
 - d) Prescinde de licitação, em qualquer caso.
17. Assinale a alternativa correta:
- a) São requisitos simultâneos para aquisição de estabilidade no serviço público: aprovação em concurso público; nomeação para cargo de provimento efetivo; três anos de efetivo exercício; aprovação em avaliação especial de desempenho.
 - b) A contratação de pessoal no regime estatutário deve ser precedida de concurso público de provas ou provas e títulos, contudo a contratação de pessoal para emprego público (celetista), deve ser precedida de processo seletivo simplificado.
 - c) Um servidor, estável no serviço público, após ter ocupado por cinco anos o cargo de Técnico Judiciário do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, foi aprovado em novo concurso para o cargo de Fiscal da Fazenda do Estado de Santa Catarina, tendo sido nomeado para esse novo cargo. Nesse caso, o referido servidor não se submeterá a novo estágio probatório, já que o cumpriu no cargo anterior.
 - d) A Constituição da República não prevê a hipótese de o servidor estável ser dispensado para cumprimento do limite com despesa de pessoal, sendo assegurada a respectiva indenização.
18. Considere as seguintes alternativas:
- I. A descentralização administrativa por outorga ocorre quando o Estado cria uma entidade com personalidade jurídica própria e a ela transfere, por lei, a titularidade e a execução de determinado serviço público ou de utilidade pública.
 - II. Serviço centralizado é o que o Poder Público presta por seus próprios órgãos integrantes da Administração Direta, em seu nome e sob a sua responsabilidade.

- III. A instituição de uma Secretaria de Estado constitui exemplo típico de descentralização administrativa.
- IV. Os contratos de concessão e permissão de serviços públicos são hipóteses de descentralização por delegação. Nestes casos, o Poder Público conserva a titularidade do serviço, transferindo, apenas, a execução do serviço, para que o agente delegado o preste por sua conta e risco.

De acordo com a teoria dos serviços públicos, estão corretas:

- a) Todas as assertivas.
- b) As assertivas I, II e III.
- c) Apenas a assertiva III.
- d) As assertivas I, II e IV.

19. Assinale a alternativa correta, com fundamento na Constituição da República:

- a) O servidor público investido no cargo de Prefeito, desde que haja compatibilidade de horários, perceberá as vantagens do seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do seu cargo efetivo.
- b) As funções de confiança e os cargos em comissão só podem ser ocupados por servidores de carreira.
- c) Admite-se a acumulação remunerada de dois cargos públicos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas, observados os limites constitucionais remuneratórios.
- d) O servidor público estável só perderá seu cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

20. De acordo com a Lei 8.666/93, em sua redação atual, são motivos para rescisão do contrato administrativo, por parte do contratado particular:

- a) Desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.
- b) Razões de interesse público.
- c) A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 90 dias.
- d) O atraso superior a 90 dias dos pagamentos devidos pela Administração.

DIREITO TRIBUTÁRIO

21. Assinale a alternativa correta:

- a) Considera-se que um tributo é *seletivo* quando as suas alíquotas variam de acordo com a essencialidade dos produtos, das mercadorias ou dos serviços.
- b) Diz-se que há *progressividade* dos tributos quando há um aumento das alíquotas na medida em que cresce a capacidade econômica do contribuinte. Como a *progressividade* é prevista em texto constitucional, não existem tributos *regressivos* no Brasil.

- c) Os impostos que “incidem em cascata” são também chamados de “não-cumulativos”.
- d) Nos chamados “impostos indiretos” o contribuinte de fato é aquele a quem a lei atribui o dever de arrecadar o tributo; já o contribuinte de direito é aquele que efetivamente suporta o ônus tributário.

22. Assinale a alternativa correta:

- a) O lançamento de determinado tributo, que normalmente deveria ser feito por homologação, deve ser efetuado e revisto de ofício pela autoridade administrativa quando se comprove omissão ou inexatidão, por parte da pessoa legalmente obrigada a realizar os atos previstos em lei.
- b) O lançamento não tem efeito constitutivo em relação ao crédito tributário; tem apenas efeito declaratório.
- c) O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo não pode ser alterado em nenhuma hipótese.
- d) O lançamento tributário é um ato administrativo discricionário.

23. Assinale a alternativa correta:

- a) O regime de substituição tributária não pode ser aplicado na cobrança do Imposto sobre Serviços, por ausência de dispositivo legal regulamentando a matéria.
- b) O Supremo Tribunal Federal tem posição consolidada no sentido de que até a edição da Emenda Constitucional n. 29/2000 era inconstitucional a lei municipal que tivesse estabelecido alíquotas progressivas para o IPTU, salvo se destinada a assegurar o cumprimento da função social da propriedade.
- c) As alíquotas do ICMS aplicáveis às operações e prestações interestaduais devem ser fixadas por lei ordinária de cada Estado.
- d) O ICMS não incide sobre a entrada de bem ou mercadoria importados do exterior, assim como não incide sobre serviços prestados no exterior; tais hipóteses podem caracterizar apenas o fato gerador do imposto de importação.

24. De acordo com o Código Tributário Nacional e com o texto constitucional federal em vigor, é correto afirmar que:

- a) A regra constitucional que consolida a *imunidade tributária* recíproca veda à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a possibilidade de instituição de impostos, taxas ou contribuições sobre o patrimônio, a renda e os serviços, uns dos outros.
- b) No Brasil, em matéria de legislação tributária, vigora o princípio da *irretroatividade*, segundo o qual não se pode cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da lei que os houver instituído ou aumentado. Entretanto, o Código Tributário Nacional autoriza a aplicação retroativa da lei quando esta beneficiar o contribuinte com a redução de tributos, quando a qualquer tempo deixar de definir determinados atos como infração, ou ainda no caso de cominar uma penalidade menos severa.
- c) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio do serviço de iluminação

pública.

d) Por determinação expressa da Constituição, cabe à lei complementar estabelecer normas

gerais em matéria de legislação tributária; atualmente, o diploma legal que cumpre essa função é o Código Tributário Nacional (que apesar de ser formalmente lei ordinária foi recepcionado pelo atual regime constitucional com força de lei complementar). Salvo pouquíssimas situações previstas na Constituição Federal, não cabe à lei complementar a tarefa de instituir tributos; os tributos devem ser criados, normalmente, por lei ordinária do ente tributante.

25. Assinale a alternativa CORRETA em relação ao seguinte enunciado:

“Entram em vigor no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que ocorra a sua publicação os dispositivos de lei, referentes a impostos sobre o patrimônio ou a renda, que definem novas hipóteses de incidência”.

- a) A afirmação traduz, no plano legal, o chamado princípio da anualidade tributária, firmado no art.150, III, a, CF.
- b) De acordo com o enunciado, lei que institua novas hipóteses de incidência somente terá eficácia no exercício seguinte ao de sua publicação.
- c) O enunciado deixa claro que o princípio da anterioridade tributária, confirmando o expresso na Constituição brasileira, aplica-se apenas aos impostos sobre o patrimônio e a renda.
- d) O Código Tributário Nacional, quanto ao princípio da anterioridade, está desatualizado, pois a Constituição Federal prevê o princípio aplicável a todos os tributos, com algumas exceções.

26. Assinale a alternativa correta:

- a) O destino a ser dado à receita obtida com determinado tributo constitui-se critério relevante para determinar sua natureza jurídica.
- b) Os Estados membros da Federação podem atribuir aos Municípios, mediante convênio, a função de fiscalização dos contribuintes do ICMS.
- c) Tributo é prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída pela legislação tributária e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- d) É vedado à União, aos Estados e ao Distrito Federal cobrarem impostos sobre entidades sindicais de trabalhadores, podendo, porém, os Municípios, exigir o IPTU, visto ser tributo incidente sobre o patrimônio.

27. Assinale a alternativa correta em relação ao seguinte enunciado:

“O Município “X”, após realizar o asfaltamento de algumas ruas do bairro “Y”, criou uma Taxa de Asfaltamento, a ser cobrada dos proprietários beneficiados pela obra. A base de cálculo do tributo, conforme a lei que o instituiu, considerou, como elementos principais para sua formação, a testada do imóvel e o valor venal do mesmo”.

- a) É legal tal tributo, pois as taxas têm como base de cálculo, regra geral, aspectos ligados ao seu fato gerador, nos termos do art.145, § 2º, CF.
- b) É ilegal tal tributo, pois o mesmo deveria ser cobrado de todos os contribuintes residentes no Município e não apenas daqueles atingidos diretamente pela obra.

- c) É ilegal tal tributo, pois o benefício trazido pela obra caracteriza necessariamente uma valorização do imóvel, sendo que deveria ter sido criada Contribuição de Melhoria, não uma taxa.
- d) É ilegal o tributo, pois as taxas têm como fato gerador a realização de um poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição e, *in casu*, o Município realizou obra pública.

28. Assinale a alternativa **ERRADA**:

- a) O parcelamento do débito tributário caracteriza-se como uma novação do crédito tributário, nos termos do Código Tributário Nacional.
- b) O pagamento da multa tributária não dispensa o sujeito passivo do pagamento do montante integral do crédito tributário vencido.
- c) À restituição de tributos pagos indevidamente aplicam-se juros não capitalizáveis, a partir do trânsito em julgado de decisão definitiva que a determinar.
- d) A importância do crédito tributário pode ser consignada judicialmente pelo sujeito passivo no caso de subordinação, pela autoridade fiscal, do recebimento ao cumprimento de exigências ilegais.

29. Assinale a alternativa correta em relação ao seguinte enunciado:

“A isenção, salvo se concedida por prazo certo e em função de determinadas condições, pode ser revogada por lei, a qualquer tempo, observado o disposto no inciso III do art.104”.

- a) No caso de vir a ser revogada uma isenção em meio ao exercício, pode a Administração fazendária cobrar imediatamente o tributo do sujeito passivo antes isento, não se aplicando, *in casu*, o Princípio da Anterioridade tributária, conforme determina o CTN.
- b) Uma isenção somente pode ser concedida se estabelecer prazo e condições para que o sujeito passivo possa gozar do benefício.
- c) Uma isenção, uma vez concedida a determinado contribuinte, não poderá ser revogada a qualquer tempo, devendo-se aguardar o decurso do prazo estabelecido no despacho concessivo.
- d) Se o sujeito passivo preenche as condições firmadas no despacho concessivo da isenção e recebe um prazo para dela usufruir, a isenção será válida até o final do prazo, mesmo que a lei isentiva seja revogada antes do final do prazo concedido.

30. Assinale a afirmação correta:

- a) A CF tornou imune ao Imposto Territorial Rural a pequena propriedade rural, definida a área em lei, condicionado o gozo do benefício, porém, a que o proprietário que a explore não possua outro imóvel.
- b) O ICMS poderá incluir em sua base de cálculo o montante do IPI, quando a operação, realizada entre contribuintes e relativa a produto destinado à industrialização ou à comercialização, configure fato gerador dos dois impostos.
- c) A competência residual da União traduz-se na possibilidade de instituição de novos tributos, além dos previstos na Constituição Federal, desde que tal competência seja exercida mediante o uso de lei

- complementar.
- d) A chamada Imunidade recíproca estende-se às autarquias e fundações mantidas pelo Poder Público, às empresas públicas e às de economia mista.

DIREITO PENAL

31. “A” armado de um revólver, agindo com vontade consciente de matar “B”, saca da arma de fogo e dispara por três vezes em direção ao seu desafeto “B”. Por falha de pontaria, “A” alveja “C” e “D”. Em razão dos disparos, “C” vem a falecer e “D” sofre ferimentos de ordem grave sem ocorrência de óbito. É certo afirmar:
- a) “A” responde por homicídio doloso de “C” e por tentativa de homicídio doloso de “D”.
 - b) “A” responde por homicídio culposo de “C” e por lesões corporais em “D”.
 - c) “A” responde por homicídio culposo de “C”, por lesões corporais em “D” e por tentativa de homicídio de “B”.
 - d) “A” responde por homicídio culposo de “C”, por tentativa de homicídio culposo de “D” e por tentativa de homicídio doloso contra “B”.
32. “A” teve o seu veículo penhorado em razão de execução civil. Sabendo que seu veículo iria a leilão na quinta-feira, conjuntamente com “B”, sua esposa (casados no regime da comunhão universal de bens) e “C”, sua filha menor púbere, na segunda-feira, dirigiram-se ao local onde o veículo estava depositado com terceiros e portando maretas destruíram totalmente o veículo. É certo afirmar.
- a) “A”, “B” e “C” cometeram o crime de fraude à execução em concurso com o crime de dano.
 - b) “A”, “B” e “C” não cometeram nenhuma espécie de crime, pois destruir bem próprio não se constitui em ilícito penal.
 - c) “A” e “B” cometeram os crimes de fraude à execução e exercício arbitrário das próprias razões, já “C” não cometeu nenhuma espécie de delito.
 - d) “A” e “B” cometeram o crime de dano.
33. “José Juro Que Não Fui Eu” cumpre pena de 6 anos e três meses, 5 anos por atentado violento ao pudor (art. 214 do CP) e 1 ano e três meses pelo aumento especial de pena pelo fato de ser casado (Art. 216, III, do CP). Pena da qual já cumpriu efetivamente 3 anos estando ora em regime semi-aberto. Considerando que sobreveio nova condenação para “José Juro Que Não Fui Eu” com pena de reclusão de 5 anos em regime semi-aberto e que a Lei nº 11.106, de 28/03/2005, revogou o inciso III do art. 226 do CP, é certo afirmar:
- a) “José Juro Que Não Fui Eu”, através da *abolitio criminis*, estará isento de toda a pena que resta daquela em que foi primeiramente condenado, visto esse instituto alcançar toda a condenação e não parte dela, devendo apenas cumprir a nova condenação.
 - b) O juízo competente para a execução da pena deverá, através da *abolitio criminis*, reduzir a pena de “José Juro Que Não Fui Eu” em 1 ano e três meses e somar o que dela restou com a nova condenação, aplicando ao final para “José Juro Que Não Fui Eu”, uma pena de reclusão em regime fechado de 7 anos.
 - c) O juízo competente para execução da pena deverá, através da *abolitio criminis*,

reduzir a pena de “José Juro Que Não Fui Eu” em 1 ano e três meses, e aguardar que cumpra o que dessa pena lhe resta, para após começar a cumprir a nova pena de 5 anos.

d) Não é o caso de *abolitio criminis*, pois já houve condenação com trânsito em julgado.

34. Assinale a alternativa correta:

- a) No concurso de pessoas, se a participação for de menor importância, a pena do partícipe será atenuada conforme livre convencimento do magistrado, não podendo, porém, ultrapassar os limites abstratamente cominados previstos para o delito.
- b) Quando um único crime é o resultado da atividade de duas ou mais pessoas, voluntária e conscientemente dirigida àquele fim, dá-se o concurso de pessoas.
- c) A participação pode ser moral, através da instigação ou da indução e também material, porém somente esta última é punida no nosso ordenamento pátrio.
- d) O crime de rixa (artigo 137 do Código Penal) é considerado um crime monosubjetivo, logo, de concurso eventual de pessoas.

35. Adroaldo, com *animus* homicida, segue sua esposa até o calçadão da Rua Felipe Schmidt, centro

de Florianópolis, e saca de seu revólver, calibre 38, disparando uma vez em direção a mesma, sendo alvejados, porém, um senhor de 70 anos que passava pelo local, vindo este a falecer imediatamente e sua esposa, que recebe o tiro de raspão, resiste aos ferimentos e se salva do ocorrido. Afirma-se: Adroaldo vai responder criminalmente:

- a) Por tentativa de homicídio doloso com a agravante prevista no artigo 61, II, “e”, contra cônjuge, e por homicídio culposo consumado, em concurso formal perfeito.
- b) Por homicídio culposo consumado com a agravante prevista no artigo 61, II, “h”, por ter atingido pessoa com mais de 60 anos.
- c) Somente por homicídio tentado em relação a sua esposa, já que o outro foi atingido por erro nos meios de execução.
- d) Por homicídio doloso consumado com a agravante prevista no artigo 61, II, “h”, por ter atingido pessoa com mais de 60 anos.

36. Assinale a alternativa correta:

- a) Pode, em uma mesma oportunidade, ocorrer concurso de pessoas e de crimes, respondendo cada agente pelos crimes em que concorreram, na medida de sua culpabilidade. Neste caso, a pena de cada um dos crimes será aplicada em conjunto para todos os participantes do intento criminoso.
- b) Segundo a teoria finalista, crime é um fato típico e antijurídico. Assim, se alguém praticar um fato descrito no ordenamento jurídico, sob alguma excludente de ilicitude, não haverá crime e a sentença prolatada será absolutória, não se aplicando o sistema trifásico de Nélson Hungria.
- c) No concurso formal imperfeito, o agente, por visar à produção do

resultado múltiplo, responde por um só dos crimes, se idênticos, ou pelo mais grave, se diversos, porém aumentada a pena, em qualquer caso, de um sexto até a metade.

- d) Existem dois tipos de concursos de crimes: concurso material e concurso formal, podendo ser considerados homogêneos ou heterogêneos.

37. Assinale a alternativa correta:

- a) São efeitos específicos da sentença condenatória a perda do produto do crime em favor da

União, ressalvado direito de lesado ou terceiro de boa-fé.

- b) O prazo máximo para o cumprimento de medida de segurança é de trinta anos, devendo ser feita perícia médica semestralmente para verificação da cessação da periculosidade do agente.

- c) São circunstâncias que sempre agravam a pena, independente de qualificar ou constituir o crime, ter o agente praticado o crime por motivo fútil ou torpe e contra criança, maior de 60 anos, enfermo ou mulher grávida.

- d) Existem dois tipos de sanção em nosso ordenamento: a pena e a medida de segurança.

Esta é aplicável para os inimputáveis e para os semi-imputáveis que necessitem de especial tratamento curativo.

38. Agildo, primário, é liberado condicionalmente após cumprir um ano e quatro meses de sua pena

de quatro anos de reclusão por ter cometido o delito capitulado no artigo 251 do Código Penal (crime de explosão). Um ano depois, comete o crime de estelionato, sendo condenado definitivamente à pena de 2 anos e 4 meses de reclusão. Tal sentença transitou em julgado dois anos e três meses após o início do benefício. Assinale a alternativa correta:

- a) Na condenação pelo estelionato, o sentenciante não consideraria a circunstância agravante

da reincidência, pois o mesmo já estava em liberdade quando cometeu a nova infração penal.

- b) O livramento condicional será revogado obrigatoriamente, perdendo os dias já cumpridos

do período de prova e não podendo receber novo benefício durante a execução desta pena.

- c) O livramento condicional será revogado facultativamente pelo magistrado.

- d) O livramento condicional será revogado obrigatoriamente, descontando-se o tempo já cumprido da condenação anterior.

39. Assinale a alternativa correta:

- a) A embriaguez culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos, exclui a imputabilidade penal.

- b) A lei excepcional ou temporária, uma vez decorrido o período de sua duração ou cessadas

as circunstâncias que a determinaram, não pode mais ser aplicada aos fatos ocorridos durante a sua vigência, sob pena de se desrespeitar o princípio da legalidade.

- c) O arrependimento posterior, previsto no artigo 16 do Código Penal não se confunde com a atenuante prevista no artigo 65, III, "b", pois nesta a reparação do dano ou restituição da

- coisa deve ser feita até o recebimento da denúncia ou queixa.
- d) A aplicação da pena é feita conforme o sistema de Néelson Hungria, conhecido como sistema trifásico, devendo a pena-base ser fixada atendendo-se aos critérios do artigo 59 do Código Penal; em seguida serão analisadas as circunstâncias agravantes e atenuantes e, ao final, as causas de aumento e de diminuição previstas na parte geral e especial.

40. Assinale a alternativa correta:

- a) Nos casos em que o agente primeiramente pratica atos libidinosos diversos da conjunção carnal, e posteriormente realiza a conjunção carnal, estando as carícias preliminares dentro da linha de desdobramento causal da subsequente conjunção carnal, haverá absorção do atentado violento ao pudor pelo estupro.
- b) Quando quatro pessoas se auxiliam mutuamente para a prática de uma infração penal, não importa se ocorre a consumação, as pessoas respondem pelo crime de quadrilha ou bando.
- c) O crime de falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais, consuma-se no momento em que o produto é consumido.
- d) Agente que seduz mulher virgem, com apenas 13 anos de idade, a ter com ela conjunção carnal, aproveitando-se de sua inexperiência ou justificável confiança, não responde por qualquer infração penal, já que o crime de sedução é considerado revogado.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

41. Não é da competência de instrução e julgamento pelo Tribunal do Júri o crime de:

- a) Aborto tentado.
b) Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio. c) Homicídio tentado.
d) Latrocínio.

42. Advogado intimado da sentença condenatória de seu cliente no dia 24 de julho de 2006 (segunda- feira) deverá apelar do decreto até o dia:

- a) 31 de julho de 2006.
b) 01 de agosto de 2006. c) 28 de julho de 2006.
d) 29 de julho de 2006.

43. Assinale a alternativa correta:

- a) A prisão decorrente de pronúncia é obrigatória caso o acusado se encontre preso em flagrante ou em virtude de prisão preventiva.
- b) O assistente da acusação pode funcionar somente nos processos de ação penal privada e pública condicionada.
- c) A intimação da sentença será feita mediante edital se o réu, não

- tendo constituído defensor, não for encontrado, e assim o certificar o oficial de justiça.
- d) A ação de iniciativa privada somente poderá ser intentada pelo marido da vítima, nos casos de crimes contra os costumes.
44. Em se tratando de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência será firmada:
- a) Pela continência.
b) Pela prevenção.
c) Pelo lugar em que foi praticada a última ação. d) Pela conexão.
45. Assinale a alternativa correta:
- a) A lei processual penal em vigor aplica-se desde logo, independentemente de ser mais benéfica ou mais severa ao acusado.
b) Caso a autoridade policial concluir que o fato apurado no inquérito não constitui crime, deverá arquivar os autos e, posteriormente, no prazo de 24 horas, comunicar à autoridade judiciária.
c) Caso o indiciado adquira bens imóveis com os proventos da infração, estarão estes sujeitos a processo de busca e apreensão.
d) A decisão recebedora da denúncia, no procedimento comum ordinário, desafia recurso em sentido estrito.
46. No processo penal os embargos infringentes e de nulidade:
- a) Podem ser opostos contra qualquer acórdão, inclusive os proferidos em sede de *habeas corpus*.
b) Têm efeito devolutivo limitado à divergência do voto vencido.
c) Podem ser opostos tanto pela acusação quanto pela defesa, bastando, apenas, que o recorrente tenha sido vencido por maioria de votos.
d) Buscam a declaração ou correção do ponto omissis, obscuro, ambíguo ou contraditório.
47. Assinale a alternativa correta:
- a) A suspensão condicional do processo é cabível somente nas infrações penais de menor potencial ofensivo, cuja pena máxima cominada seja igual ou inferior a um ano.
b) A desclassificação, pelos jurados, do crime único de tentativa de homicídio para lesões corporais, resulta em dissolução do conselho de sentença.
c) Constitui causa impeditiva para o ajuizamento de ação civil a sentença absolutória criminal que reconheça a inexistência material do fato.
d) O *habeas corpus* destina-se a sanar qualquer coação ilegal, mesmo que para sua demonstração se torne indispensável a dilação probatória, não servindo, porém, para argüir nulidade processual.

48. No tocante a juizado especial criminal, pode-se afirmar que:
- a) O Juizado Especial Criminal tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência.
 - b) Em relação às nulidades, a Lei 9.099/95, ao adotar como critério orientador a informalidade, deu guarida ao princípio da legalidade das formas, princípio este também encampado no Código de Processo Penal.
 - c) Na ação penal de iniciativa privada ou na ação subsidiária da pública, o acordo homologado acarreta a renúncia ao direito de queixa.
 - d) Aceita a proposta da transação pelo autor da infração penal, vítima e seus defensores, será submetida à apreciação do juiz que aplicará pena restritiva de direitos ou multa, que não importará em reincidência.
49. Analise as seguintes afirmativas e assinale a correta:
- a) A nota de culpa, segundo dispõe o art. 306 do CPP, além de conter os motivos da prisão, possibilitando ampla defesa do acusado, tal como quer a Carta Política, e constituindo um obstáculo ao abuso de determinações ilegais, deve referir o nome do condutor e das testemunhas. Esta nota deve ser entregue ao preso dentro do prazo de 24 horas a partir do interrogatório.
 - b) Diz-se flagrante em sentido impróprio quando o agente é surpreendido praticando a infração penal, da mesma forma, o flagrante em sentido próprio é, também, conhecido como quase-flagrante.
 - c) Em relação à ação privada, pode-se afirmar que, na ação privada propriamente dita, ou ação penal exclusivamente privada, o exercício compete ao ofendido ou a quem legalmente o represente; se o ofendido morrer ou for declarado ausente por decisão judicial, o direito de queixa ou de prosseguir na ação penal passa ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.
 - d) O Código de Processo Penal considera como crime inafiançável o crime punido com detenção em que a pena mínima cominada for superior a 2 anos.
50. Analise as seguintes alternativas e assinale a correta:
- a) Segundo o Código de Processo Penal, as alegações finais nos crimes apenados com reclusão deverão ser entregues em memorial, no prazo de 3 dias, primeiro o Ministério Público, ou querelante, a seguir, o assistente, se houver, e, por último, a defesa.
 - b) No tocante aos crimes contra a honra, antes de receber a denúncia ou queixa, o juiz oferecerá às partes oportunidade para se reconciliarem, fazendo-as comparecer em juízo e ouvindo-as, separadamente, sem a presença de seus advogados, não se lavrando termo.
 - c) A Lei 9613/98 (Lei de "lavagens" ou ocultação de bens, direitos e Valores) disciplina que os crimes são insuscetíveis de fiança e liberdade provisória e, em caso de sentença condenatória, o acusado não poderá apelar em liberdade.
 - d) É aplicado aos crimes inafiançáveis, o procedimento especial disciplinado nos artigos 513 a 518 do Código de Processo Penal, aos crimes praticados por funcionários públicos.

DIREITO CIVIL

51. Assinale a alternativa correta:

- a) Presume-se concebidos na constância do casamento os filhos havidos por fecundação artificial heteróloga, mesmo sem autorização do marido.
- b) Se o cônjuge declarado culpado vier a necessitar de alimentos, e não tiver parentes em condições de prestá-los, nem aptidão para o trabalho, o outro cônjuge será obrigado a assegurá-los, fixando o juiz o valor indispensável à sobrevivência.
- c) O pai ou a mãe que foi condenado por sentença irrecorrível em crime cuja pena exceda a (02) dois anos, perderá, de maneira absoluta e por ato judicial, o poder familiar.
- d) Parentesco por afinidade na linha reta extingue-se pela dissolução do casamento ou da união estável.

52. Assinale a alternativa correta:

- a) Ocorre a lesão quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga à prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.
- b) Ao possuidor de má-fé não serão ressarcidas as benfeitorias necessárias; não lhe assiste o direito de retenção pela importância destas, nem o de levantar as voluptuárias.
- c) A indignidade é um ato pelo qual o testador retira a legítima do herdeiro necessário, enquanto que a deserção constitui pena civil ao herdeiro acusado de praticar ato criminoso contra o *de cuius*.
- d) Moisés e Joaquim são irmãos. Pedro, filho de Moises, e Maria, filha de Joaquim, desejam casar-se. Neste caso o casamento será anulável.

53. Em relação ao instituto da doação, assinale a alternativa correta.

- a) O doador pode estabelecer que os bens voltem a seu patrimônio ou revertam-se a patrimônio de terceiro, caso ambos sobrevivam ao donatário.
- b) As doações feitas para determinado casamento não se revogam por ingratidão do donatário.
- c) A doação feita ao nascituro é válida independentemente do consentimento do representante legal.
- d) Os bens doados aos descendentes em vida precisam ser colacionados com a abertura da sucessão para igualar a legítima dos descendentes, salvo se o doador deixou expresso que a doação referia-se a sua parte disponível e o valor da doação não for superior a $\frac{3}{4}$ do seu patrimônio.

54. De acordo com o Código Civil, assinale a alternativa correta:

- a) Os frutos colhidos durante o usufruto sempre pertencem ao proprietário do bem, salvo disposição contrária.
- b) Não é possível a alienação de bem gravado com cláusula de direito real de habitação.
- c) Ao conceder o direito de usufruto, o proprietário poderá exigir caução do

usufrutuário.

d) O direito ao usufruto de bem não pode ser cedido nem alienado.

55. Em relação aos alimentos, assinale a alternativa correta:

- a) O devedor de alimentos que ao ser executado é preso e cumpre integralmente a pena de prisão, exime-se do pagamento.
- b) Não é mais possível a fixação de alimentos entre os cônjuges.
- c) A decisão em ação de alimentos pode retroagir em, no máximo, dois anos.
- d) O direito à execução de prestações alimentares prescreve em dois anos, salvo quando o alimentante é absolutamente incapaz ou estiver executando um de seus pais durante o poder familiar, pois nesses casos não ocorre a prescrição.

56. Assinale a alternativa correta:

- a) O incapaz pode responder pelos prejuízos que causar.
- b) Aquele que demandar por dívida já paga deverá pagar ao devedor o dobro do que foi cobrado, mesmo se houver prescrição.
- c) A responsabilidade civil dos pais pelos atos dos filhos pode ser eximida se comprovarem que não houve culpa de sua parte.
- d) Os pais poderão reaver o valor da indenização paga a terceiro por atos dos filhos incapazes.

57. Assinale a alternativa **ERRADA**:

- a) As partes podem convencionar prazo decadencial.
- b) O juiz pode conhecer de ofício a decadência e a prescrição previstas em lei.
- c) Ao prazo decadencial não se aplicam, salvo disposição legal em contrário, as normas que impedem, suspendem ou interrompem o prazo prescricional.
- d) É válida a renúncia ao prazo decadencial previsto em lei.

58. Em relação aos bens, e de acordo com o Código Civil, assinale a afirmação correta:

- a) Se a herança for constituída apenas por bens móveis, é tratada como um bem móvel.
- b) As edificações, quando separadas do solo e conservando sua unidade, durante o período de remoção para outro local, são consideradas bens móveis.
- c) A energia elétrica é um bem móvel.
- d) Os bens imóveis podem ser fungíveis.

59. Assinale a alternativa correta:

- a) O negócio jurídico nulo convalesce pelo prazo de 3 (três) anos.
- b) O negócio jurídico realizado por pessoa relativamente incapaz, desde que não invocado em benefício próprio, é anulável.
- c) O negócio jurídico anulável não pode ser confirmado pelas partes.
- d) O negócio jurídico nulo, confirmado pelas partes, torna-se válido.

60. Assinale a alternativa correta:

- a) A união concubinária poderá converter-se em casamento, mediante pedido dos

conviventes

ao juiz e assento no Registro Civil.

- b) Os conviventes somente poderão requerer Dissolução de União Estável quando a convivência tiver se mantido pelo período mínimo de um ano e um dia.
- c) A dissolução da sociedade conjugal extingue o bem de família.
- d) Concubinato é a relação não eventual entre homem e mulher impedidos de casar.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

61. Assinale a alternativa certa:

- a) A multa decorrente da prática de ato atentatório à dignidade da justiça pelo devedor, no processo de execução, pode chegar a 20% do valor atualizado do débito, sendo cobrada em favor da parte.
- b) Os honorários advocatícios sucumbenciais são necessariamente fixados em um percentual do valor da causa.
- c) Substituição processual e legitimação extraordinária são institutos processuais distintos.
- d) De acordo com o Código de Processo Civil, assim como o governador não representa o seu Estado em juízo, o prefeito também não representa o seu Município em juízo.

62. Assinale a alternativa certa:

- a) As hipóteses legalmente previstas de litigância de má-fé são exaustivas, não existindo outras hipóteses também decorrentes do desrespeito ao dever de boa-fé processual.
- b) O Superior Tribunal de Justiça não possui competência originária para julgar as ações rescisórias propostas contra acórdãos de mérito transitados em julgado proferidos pelos Tribunais de Justiça Estaduais e pelos Tribunais Regionais Federais.
- c) A sentença é o ato que termina os procedimentos no primeiro grau de jurisdição.
- d) A procuração é um requisito formal de existência do processo.

63. Assinale a alternativa certa:

- a) O agravo retido depende de preparo.
- b) O terceiro juridicamente prejudicado não possui legitimidade para recorrer pelo fato de não figurar como parte do processo.
- c) Segundo a legislação vigente, o agravo de instrumento pode suspender os efeitos da decisão interlocutória recorrida.
- d) Os embargos de declaração não são cabíveis contra decisões interlocutórias.

64. Assinale a alternativa certa:

- a) Em acórdão que nega seguimento a recurso de apelação, os embargos infringentes podem ser interpostos quando a divergência em que estão embasados tiver ocorrido no dispositivo, e não na fundamentação.
- b) É necessário que haja requerimento, quando da apresentação das razões ou contra-razões do recurso de apelação, para que o agravo retido seja conhecido.
- c) Os embargos infringentes suspendem o prazo para a interposição dos demais

recursos.

- d) O agravante pode sempre optar entre os regimes do agravo retido e do agravo de instrumento.

65. Assinale a alternativa certa:

- a) O recurso extraordinário é cabível em caso de demonstração, pelo recorrente, de divergência jurisprudencial sobre a matéria junto a outro tribunal brasileiro.
- b) Cabe agravo regimental contra a decisão do tribunal local que não admite recurso especial ou extraordinário.
- c) O recurso especial é cabível contra acórdão proferido pelas turmas recursais dos Juizados Especiais.
- d) A análise da admissibilidade dos recursos especial e extraordinário é feita tanto nos tribunais locais quanto nos tribunais superiores.

66. Recebido o agravo de instrumento, com pedido de antecipação da tutela recursal, no tribunal, e

distribuído “*incontinenti*”, o relator negar-lhe-á seguimento, liminarmente, nos casos de recurso manifestamente inadmissível, improcedente ou prejudicado, ou ainda em caso de recurso em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal ou de Tribunal Superior. De acordo com o Código de Processo Civil, contra esta decisão:

- a) Não cabe recurso, pois a decisão liminar proferida em relação ao pedido de antecipação da tutela recursal somente é passível de reforma no momento do julgamento do agravo.
- b) Cabe agravo regimental ou interno, no prazo de cinco dias, ao órgão competente para o julgamento do recurso e, se não houver retratação, o relator apresentará o processo em mesa, proferindo voto; provido o agravo, o recurso terá seguimento.
- c) Cabe agravo, no prazo de cinco dias, ao órgão competente para o julgamento do recurso e, se não houver retratação, o relator apresentará o processo em mesa, proferindo voto; provido o agravo, o recurso terá seguimento.
- d) Cabe agravo, por instrumento, no prazo de dez dias, ao órgão competente para o julgamento do recurso e, se não houver retratação, o relator apresentará o processo em mesa, proferindo voto; provido o agravo, o recurso terá seguimento.

67. Contra a decisão que indefere a petição inicial cabe o recurso de:

- a) embargos infringentes.
- b) agravo, por instrumento.
- c) apelação.
- d) agravo, na modalidade retida.

68. Antes do ajuizamento de ação de execução para entrega de coisa incerta contra devedor solvente, com domicílio certo e que não está ausente,

fundada em título executivo extrajudicial do tipo Cédula de Produto Rural - CPR, o exequente teve conhecimento de que o executado guardou o produto rural coberto pela referida CPR em armazém de terceiro e destinou tal produto para revenda a uma outra parte. A medida judicial adequada para proteger os interesses do credor é:

- a) ação cautelar de manutenção de posse, preparatória da ação de execução.
- b) ação cautelar de busca e apreensão, preparatória da ação de execução.
- c) ação cautelar de arresto, preparatória da ação de execução.
- d) ação cautelar de seqüestro, preparatória da ação de execução.

69. Leia as afirmações abaixo, sobre a citação, e verifique as afirmações verdadeiras.

- I. Citação é o ato pelo qual se chama a juízo o réu ou o interessado a fim de se defender.
- II. É indispensável a citação inicial do réu para a validade do processo.
- III. A citação válida torna prevento o juízo, induz litispendência, faz litigiosa a coisa, constitui em mora o devedor e interrompe a prescrição, exceto quando ordenada por juiz incompetente.
- IV. São modalidades de citação: (i) por correio, por meio de carta registrada com aviso de recebimento - AR, (ii) por oficial de justiça, por meio de mandado, ou (iii) por edital.
- V. A citação por correio pode ser efetivada validamente contra a Fazenda Pública.
- VI. A citação é pessoal ao réu ou pessoal aos representantes legais do réu, quando o réu for pessoa jurídica, exclusivamente, vedada a citação ao procurador legalmente autorizado.
- VII. Far-se-á a citação por edital quando se verificar que o réu é demente ou está impossibilitado de receber a citação por oficial de justiça ou por carta.

Assinale a alternativa a seguir que indica somente todas as afirmações verdadeiras:

- a) III, IV, V e VI.
- b) I, II, III, IV, VI e VII. c) I, IV e VII.
- d) I, II e IV.

70. Sobre o recurso especial, **É ERRADO** afirmar:

- a) Poderá ser interposto contra decisão que contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência, bem como contra decisão que der à lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal.
- b) Poderá ser interposto contra decisão que contrariar dispositivo da Constituição da República, declarar a inconstitucionalidade de tratado ou de lei federal, julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição da República, ou julgar válida lei local contestada em face de lei federal.
- c) Quando o seu fundamento for o dissídio jurisprudencial, o recorrente deverá fazer a prova da divergência mediante certidão, cópia autenticada ou pela citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, em que tiver sido publicada a decisão divergente, mencionando as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados.

- d) Deve ser interposto em petição específica e própria contendo a exposição do fato e do direito, a demonstração do seu cabimento e as razões do pedido de reforma da decisão recorrida.

DIREITO COMERCIAL

71. Assinale a alternativa que corresponde à ordem de prioridade de pagamento dos créditos falimentares:
- a) Créditos trabalhistas até 150 salários mínimos por empregado e decorrentes de acidente do trabalho, créditos tributários e multas tributárias, créditos com garantia real até o limite do bem gravado, créditos com privilégio especial, créditos com privilégio geral, créditos quirografários, multas contratuais e penas pecuniárias, créditos extraconcursais.
 - b) Créditos extraconcursais, créditos trabalhistas até 150 salários mínimos por empregado e decorrentes de acidente do trabalho, créditos com garantia real até o limite do bem gravado, créditos tributários, créditos com privilégio especial, créditos com privilégio geral, créditos quirografários, multas contratuais e penas pecuniárias e multas tributárias.
 - c) Créditos extraconcursais, créditos trabalhistas e decorrentes de acidente do trabalho até 150 salários mínimos por empregado, créditos com garantia real até o limite do bem gravado, créditos tributários e multas tributárias, créditos com privilégio especial, créditos com privilégio geral, créditos quirografários, multas contratuais e penas pecuniárias.
 - d) Créditos trabalhistas e decorrentes de acidente do trabalho de qualquer espécie, créditos tributários e multas tributárias, créditos com garantia real até o limite do bem gravado, créditos com privilégio especial, créditos com privilégio geral, créditos quirografários, multas contratuais e penas pecuniárias, créditos extraconcursais.
72. Assinale a alternativa **ERRADA**:
- a) A sociedade cooperativa dever ter na sua denominação a palavra “cooperativa”.
 - b) A sociedade anônima deve ter denominação designativa do objeto social.
 - c) A sociedade em conta de participação não pode ter firma ou denominação.
 - d) O nome do sócio que falecer ou se retirar pode ser mantido na firma social.
73. Assinale a alternativa correta.
- a) O produto é perigoso quando não oferece a segurança que dele legitimamente se espera, levando-se em consideração a sua apresentação, os riscos razoavelmente esperados e a época em que foi colocado em circulação.
 - b) O produto é considerado viciado pelo fato de ter outro de melhor qualidade no mercado.
 - c) O comerciante somente é responsável pelos danos ocasionados por fato do produto quando o fabricante, o construtor, o produtor ou o importador não puderem ser identificados ou a identificação não é clara, ou quando não conservou adequadamente produtos perecíveis.
 - d) O produto colocado em consumo é defeituoso quando a sua qualidade ou quantidade o torne impróprio ou inadequado para o consumo ou lhe diminua o valor.

74. Assinale a **ERRADA**.

- a) Os programas de computador em si não são patenteáveis.
- b) Descobertas, teorias científicas e métodos matemáticos são considerados invenção e podem ser patenteados.
- c) Para serem patenteados, as invenções e modelos de utilidade não devem estar compreendidos no estado da técnica.
- d) Os modelos de utilidade, assim considerados os objetos de uso prático ou parte deste, que apresente nova forma ou disposição ou envolva melhoria funcional no uso ou na fabricação, são patenteáveis.

75. De acordo com o Código Civil, assinale a alternativa correta:

- a) A sociedade em conta de participação possui personalidade jurídica.
- b) A constituição da sociedade em conta de participação independe de qualquer formalidade e pode provar-se por todos os meios de direito.
- c) O contrato escrito pelo qual se constitui a sociedade simples não necessita mencionar se os sócios respondem, ou não, subsidiariamente, pelas obrigações sociais.
- d) Na sociedade em comum todos os sócios respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

76. Assinale a alternativa correta:

- a) Na sociedade cooperativa, a responsabilidade dos sócios pode ser limitada ou ilimitada.
- b) Na sociedade limitada, todos os sócios respondem subsidiariamente pela integralização do capital social.
- c) As normas da sociedade simples não se aplicam à sociedade limitada.
- d) O contrato social da sociedade limitada não pode prever a sua regência supletiva pelas normas da sociedade anônima.

77. Assinale a assertiva correta:

- a) Os coobrigados e fiadores do devedor em recuperação judicial não poderão ser cobrados fora do procedimento de recuperação.
- b) Deferida a recuperação judicial, as execuções de natureza fiscal ficarão suspensas pelo prazo improrrogável de 180 dias.
- c) O administrador judicial será profissional idôneo, devendo ser obrigatoriamente advogado, economista, administrador de empresas ou contador, ou pessoa jurídica especializada.
- d) Na recuperação judicial, os titulares de créditos retardatários, excetuados os titulares de créditos derivados da relação de trabalho, não terão direito a voto nas deliberações da assembléia-geral de credores.

78. Sobre a ação revocatória prevista na Lei 11.101/05, marque a assertiva correta:

- a) Em hipótese alguma poderá ser promovida contra terceiros adquirentes.
- b) Ela pode ser proposta no prazo de até 2 (dois) anos contados da decretação da

falência.

- c) O Ministério Público não tem legitimidade para intentar ação revocatória, pois ela visa proteger interesses exclusivamente particulares dos credores.
- d) Ela pode ser proposta para revogar os atos praticados com a intenção de prejudicar credores, provando-se o conluio fraudulento entre o devedor e o terceiro e o efetivo prejuízo sofrido pela massa.

79. Assinale a alternativa correta:

- a) Transfere-se o título nominativo, exclusivamente, mediante termo, em registro do emitente, assinado pelo proprietário.
- b) Com a inclusão de expressa cláusula não a ordem o título de crédito circula pela forma e com efeito de endosso.
- c) A transferência de título ao portador pode se fazer por simples tradição.
- d) Fica vedado o endosso após o vencimento do título.

80. Com base no Código de Defesa do Consumidor, assinale a alternativa correta:

- a) A ignorância do fornecedor sobre os vícios de qualidade por inadequação dos serviços o exime de responsabilidade.
- b) Não há responsabilidade solidária entre o fornecedor do produto ou serviço e os representantes autônomos.
- c) A responsabilidade dos profissionais liberais será apurada independente da verificação de culpa.
- d) O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

DIREITO DO TRABALHO

81. De acordo com a Constituição Federal:

- a) O adicional de horas extras é de 50% em relação à remuneração da hora normal.
- b) É proibido o trabalho de menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.
- c) Não há possibilidade de redução salarial.
- d) O aviso prévio é de trinta dias.

82. Assinale a alternativa correta.

- a) Somente terá direito a 30 (trinta) dias de férias o empregado que no curso do período aquisitivo não houver faltado ao serviço.
- b) O termo de conciliação lavrado perante a Comissão de Conciliação Prévia é título executivo extrajudicial.
- c) O recurso ordinário serve somente para promover a reanálise, pelo Tribunal Regional do Trabalho, das decisões proferidas pelas Varas do Trabalho.
- d) Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda

a trinta
e seis horas semanais.

83. Assinale a alternativa correta.

- a) Precatório é o instrumento processual destinado à comunicação dos atos processuais entre juízos distintos.
- b) Em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda de seis horas, é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, o qual será, no mínimo, de 15 minutos e, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não poderá exceder de duas horas.
- c) O número máximo de testemunhas que cada parte pode indicar será de três. Tratando-se de inquérito, esse número poderá ser elevado a seis.
- d) Submetem-se ao procedimento sumaríssimo os dissídios individuais ou coletivos cujo valor não exceda a sessenta salários mínimos vigente na data do ajuizamento da reclamação.

84. Analise as assertivas abaixo:

- ③ O gozo das férias é um exemplo de interrupção do contrato de trabalho.
- ③ A Justiça do Trabalho tem competência para executar, de ofício, as contribuições previdenciárias decorrentes das sentenças que proferir.
- ③ É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.
- ③ É vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até cento e vinte dias após o parto.

Quantas assertivas estão corretas?

- a) Apenas uma.
- b) Apenas três.
- c) Apenas duas.
- d) Todas.

85. Com base nos Enunciados do TST é correto afirmar:

- I. As gorjetas oferecidas espontaneamente pelos clientes não integram a remuneração do empregado.
- II. As gorjetas, cobradas pelo empregador na nota de serviço, integram a remuneração do empregado, servindo de base de cálculo para as

parcelas de aviso-prévio, adicional noturno, horas extras e repouso semanal remunerado.

- III. As gorjetas, cobradas pelo empregador na nota de serviço ou oferecidas espontaneamente pelos clientes, integram a remuneração do empregado, não servindo de base de cálculo para as parcelas de aviso-prévio, adicional noturno, horas extras e repouso semanal remunerado.
 - IV. Considera-se gorjeta não só a importância espontaneamente dada pelo cliente ao empregado, como também as comissões retiradas do faturamento da empresa e destinada à distribuição aos empregados.
- a) As alternativas I e IV estão corretas. b) Somente a alternativa I está correta. c) Somente a alternativa III está correta. d) Somente a alternativa II está correta.

86. Com base nos Enunciados do TST é correto afirmar:

- I. O tempo do aviso prévio, mesmo indenizado, conta-se para efeito da indenização adicional prevista no art. 9º da Lei nº 6.708, de 30.10.1979.
 - II. O tempo do aviso prévio, mesmo trabalhado, conta-se para efeito da indenização adicional prevista no art. 9º da Lei nº 6.708, de 30.10.1979.
 - III. A indenização adicional, prevista no art. 9º da Lei nº 6.708, de 30.10.1979, e no art. 9º da Lei nº 7.238, de 28.10.1984, corresponde ao salário mensal, no valor devido na data da comunicação do despedimento, integrado pelos adicionais legais ou convencionados, ligados à unidade de tempo mês, não sendo computável a gratificação natalina.
 - IV. Se ocorrer a rescisão contratual no período de 30 (trinta) dias que antecede à data-base, observada a Súmula nº 182 do TST, o pagamento das verbas rescisórias com o salário já corrigido afasta o direito à indenização adicional prevista nas Leis nºs 6.708, de 30.10.1979, e 7.238, de 28.10.1984.
- a) As alternativas I e III estão erradas. b) As alternativas I e II estão corretas. c) As alternativas I e IV estão corretas. d) As alternativas II e III estão erradas.

87. Quanto à equiparação salarial, escolha a alternativa correta:

- I. Sendo a função similar, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, na mesma localidade, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, nacionalidade ou idade.
- II. Presentes os pressupostos do art. 461 da CLT, é irrelevante a circunstância de que o desnível salarial tenha origem em decisão judicial que beneficiou o paradigma, exceto se decorrente de vantagem pessoal ou de tese jurídica superada pela jurisprudência de Corte Superior.
- III. É necessário que, ao tempo da reclamação sobre equiparação salarial, reclamante e paradigma estejam a serviço do estabelecimento, desde que o pedido se relacione com situação pretérita.

- a) As alternativas I e II estão corretas.
- b) As alternativas II e III estão erradas.
- c) As alternativas I e III estão erradas.
- d) As alternativas II e III estão corretas.

88. Com base nos Enunciados do TST escolha a alternativa **ERRADA**:

- I. É ônus do empregador que conta com mais de 10 (dez) empregados o registro da jornada de trabalho na forma do art. 74, § 2º, da CLT. A não-apresentação injustificada dos controles de frequência gera presunção absoluta de veracidade da jornada de trabalho informada pelo empregado.
- II. Os cartões de ponto que demonstram horários de entrada e saída são inválidos como meio de prova, invertendo-se o ônus da prova, relativo às horas extras, que passa a ser do empregador, prevalecendo a jornada da inicial se dele não se desincumbir.
- III. O mero não-atendimento das exigências legais para a compensação de jornada, inclusive quando encetada mediante acordo tácito, não implica a repetição do pagamento das horas excedentes à jornada normal diária, se não dilatada a jornada máxima semanal, sendo devido apenas o respectivo adicional.
- IV. A prestação de horas extras habituais descaracteriza o acordo de compensação de jornada. Nesta hipótese, as horas que ultrapassarem a jornada semanal normal deverão ser pagas como horas extraordinárias e, quanto àquelas destinadas à compensação, deverá ser pago a mais apenas o adicional por trabalho extraordinário.

- a) As alternativas III e IV estão corretas.
- b) Todas as alternativas estão erradas.
- c) Somente a alternativa I está errada.
- d) Somente a alternativa II está errada.

89. Escolha a alternativa **ERRADA**:

- a) A hora do trabalho noturno será computada como de 52 minutos e 30 segundos. Nos horários mistos, assim entendidos os que abrangem períodos diurnos e noturnos, aplica-se às horas de trabalho noturno o disposto para o trabalho noturno.
- b) Os empregados sob o regime de tempo parcial não poderão prestar horas extras.
- c) O limite mínimo de 1 (uma) hora para repouso ou refeição poderá ser reduzido por ato do Ministro do Trabalho quando, ouvida a Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho (SSST), se verificar que o estabelecimento atende integralmente às exigências concernentes à organização dos refeitórios e quando os respectivos empregados não estiverem sob regime de trabalho prorrogado a horas suplementares.
- d) Para os empregados que trabalham em turnos ininterruptos de revezamento, a

duração do trabalho normal não será superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, salvo negociação coletiva.

90. Não terá direito a férias o empregado que, no curso do período aquisitivo:
- I. Deixar o emprego e não for readmitido dentro dos 90 (noventa) dias subseqüentes à sua saída.
 - II. Permanecer em gozo de licença, com percepção de salário, por mais de 60 (sessenta) dias.
 - III. Deixar de trabalhar, com percepção do salário, por mais de 30 (trinta) dias em virtude de paralisação parcial ou total dos serviços da empresa.
 - IV. Tiver percebido da Previdência Social prestações de acidente de trabalho ou de auxílio-doença por mais de 6 (seis) meses, embora descontínuos.
- a) As alternativas I e III estão corretas. b) As alternativas I e II estão erradas. c) As alternativas III e IV estão erradas. d) As alternativas II e IV estão corretas.

ESTATUTO DA OAB

91. Assinale a alternativa correta, segundo o Estatuto da OAB:
- a) A hierarquia prevista em lei subordina os Advogados e membros do Ministério Público aos Magistrados.
 - b) O Advogado que renunciar ao mandato continuará, durante os dez dias seguintes à notificação da renúncia, a representar o mandante, mesmo se for substituído antes do término desse prazo.
 - c) O Advogado tem direito de dirigir-se diretamente aos magistrados nas salas e gabinetes de trabalho, independentemente de horário previamente marcado.
 - d) O Advogado também tem direito a ser publicamente desagravado quando ofendido fora do exercício da profissão.
92. Assinale a alternativa correta. Para inscrição como advogado é necessário:
- a) Idoneidade moral, mesmo aquele que tiver sido condenado por crime infamante, desde que provada sua reabilitação judicial.
 - b) Título de eleitor e quitação do serviço militar, mesmo sendo estrangeiro.
 - c) Diploma ou certidão de graduação em Direito, obtido em instituição de ensino, independente do credenciamento oficial desta.
 - d) Prestar compromisso perante o Tribunal de Ética e Disciplina.
93. Assinale a alternativa correta:
- a) Cancelada a inscrição, por requerimento do interessado, para que este volte aos quadros da OAB é necessária sua aprovação em novo Exame de Ordem.

- b) Cancela-se a inscrição do profissional que passar a exercer, em caráter definitivo, atividade incompatível com a advocacia.
- c) Cancela-se a inscrição do profissional que sofrer doença mental, de qualquer tipo.
- d) A aprovação em Exame de Ordem obriga o interessado a inscrever-se nos quadros da OAB num período máximo de cinco anos.

94. Assinale a alternativa correta:

- a) Vencido o contrato, o advogado tem o prazo de três anos para requerer a execução do mesmo, sob pena de prescrição.
- b) O advogado substabelecido, com reserva de poderes, pode cobrar honorários sem a intervenção daquele que lhe conferiu o substabelecimento.
- c) A decisão judicial que fixar ou arbitrar honorários e o contrato escrito que os estipular são títulos executivos e constituem crédito privilegiado na falência, concordata, concurso de credores, insolvência civil e liquidação extrajudicial.
- d) A regra geral dita que a metade dos honorários é devida no início do serviço, e o restante no final.

95. Assinale a alternativa **ERRADA**:

- a) Nenhum receio de desagradar a magistrado ou a qualquer autoridade, nem de incorrer em impopularidade, deve deter o advogado no exercício da profissão.
- b) O Código de Ética e Disciplina regula os deveres do advogado para com a comunidade, o cliente, o outro profissional e, ainda, a publicidade, a recusa do patrocínio, o dever de assistência jurídica, o dever geral de urbanidade e os respectivos procedimentos disciplinares.
- c) O advogado, no exercício da profissão, deve manter independência em qualquer circunstância.
- d) Em caso de lide temerária, o advogado será solidariamente responsável com seu cliente, independentemente de seu dolo ou culpa, desde que coligado com este para lesar a parte contrária, o que será apurado em ação própria.

96. Assinale a alternativa correta. Constitui infração disciplinar:

- a) Estabelecer entendimento com a parte adversa sem ciência do advogado contrário, desde que autorizado pelo cliente.
- b) Violar o sigilo profissional, mesmo provando haver justa causa.
- c) Deixar de pagar as contribuições, multas e preços de serviços devidos à OAB, independentemente de notificação.
- d) Retirar-se do recinto onde se encontra aguardando pregão para ato judicial, após trinta minutos do horário designado e ao qual ainda não tenha comparecido a autoridade que deva presidir o ato, mediante comunicação protocolizada em juízo.

97. Assinale a alternativa correta. É permitido ao advogado:

- a) Abandonar a causa antes de decorridos dez dias da comunicação da

- renúncia tendo ou não a parte contratado outro advogado.
- b) Fazer publicar na imprensa, de forma habitual, alegações forenses ou relativas a causas pendentes.
 - c) Fazer, em nome do constituinte, sem autorização escrita deste, imputação a terceiro de fato definido como crime.
 - d) Recusar-se a prestar, provando justo motivo, assistência jurídica, quando nomeada em virtude de impossibilidade da Defensoria Pública.

98. Assinale a alternativa **ERRADA**:

- a) A pena de censura pode ser convertida em advertência, em ofício reservado, sem registro nos assentamentos do inscrito, quando presente circunstância atenuante.
- b) Inclui-se na conduta incompatível com o exercício da advocacia, a prática reiterada de jogo de azar, autorizado ou não por lei.
- c) A multa, variável entre o mínimo correspondente ao valor de uma anuidade e o máximo de seu décuplo, é aplicável cumulativamente com a censura ou suspensão, em havendo circunstâncias agravantes.
- d) A exclusão é aplicável nos casos de suspensão, por três vezes, sendo que para sua aplicação é necessária a manifestação favorável de dois terços dos membros do Conselho Seccional competente.

99. Assinale a alternativa correta:

- a) Na aplicação das sanções disciplinares é considerado, para fins de atenuação, o exercício assíduo e proficiente pelo Denunciado, de mandato ou cargo em qualquer órgão da OAB.
- b) A pena de suspensão é aplicada pelo prazo de trinta dias a seis meses.
- c) A pretensão à punibilidade das infrações disciplinares prescreve em três anos, contados da data da constatação oficial do fato.
- d) Aplica-se a prescrição a todo processo disciplinar paralisado por mais de dois anos, pendente de despacho ou julgamento, devendo ser arquivado de ofício, ou a requerimento da parte interessada, sem prejuízo de serem apuradas as responsabilidades pela paralisação.

100. Assinale a alternativa correta:

- a) O Conselho Seccional tem legitimidade para ajuizar ação direta de inconstitucionalidade de normas legais e atos normativos.
- b) O Conselho Seccional, mediante o voto da maioria de seus membros, pode intervir nas Subseções, onde constatar grave violação desta Lei ou do Regimento Interno daquele.
- c) O pagamento da contribuição anual à OAB isenta os inscritos nos seus quadros do pagamento obrigatório da contribuição sindical.
- d) Cabe ao Conselho Federal definir a composição e o funcionamento do Tribunal de Ética e Disciplina de cada Seccional, bem como escolher seus membros.

Comissão de Estágio e Exame de
Ordem - CEEO Exame de
Ordem - 2006.2
Gabarito das provas

Qst	Tipo1	Tipo2	Tipo3	Tipo4
1	B	B	B	A
2	D	C	D	B
3	B	A	B	C
4	A	B	A	B
5	A	A	B	A
6	D	D	C	D
7	B	A	C	C
8	C	D	B	D
9	A	C	C	A
10	D	D	D	B
11	A	B	C	C
12	D	D	C	C
13	C	B	A	A
14	B	C	D	D
15	D	D	B	B
16	C	B	A	D
17	A	B	C	A
18	D	D	D	D
19	C	C	C	B
20	D	A	A	A
21	A	A	C	D
22	A	B	B	D
23	B	C	D	C
24	D	D	D	A
25	D	D	A	B
26	B	A	D	D
27	D	C	C	C
28	A	A	D	B
29	C	B	A	D
30	A	D	C	B
31	A	B	C	C
32	C	C	A	D
33	B	D	B	C
34	B	D	C	D
35	A	B	A	D
36	B	A	A	A
37	D	C	B	C
38	B	D	A	D
39	D	D	C	A
40	A	A	A	B
41	D	A	D	A
42	A	B	C	B
43	C	C	D	A
44	B	D	A	C
45	A	A	A	A
46	B	A	D	D

47	C	C	B	B
48	A	B	B	A
49	C	C	A	C
50	A	D	A	A
51	B	C	B	C
52	A	C	A	A
53	B	B	D	B
54	C	A	D	D
55	D	B	A	A
56	A	A	B	B
57	D	D	B	A
58	C	C	A	B
59	B	D	D	A
60	D	A	D	D
61	A	B	C	B
62	B	A	A	A
63	C	C	C	A
64	B	D	A	B
65	D	D	B	D
66	C	C	B	B
67	C	B	C	D
68	B	D	B	B
69	D	B	D	B
70	B	C	C	C
71	B	A	D	B
72	D	A	A	D
73	C	C	C	C
74	B	D	B	B
75	B	C	C	C
76	A	A	D	C
77	D	C	D	B
78	D	C	A	C
79	C	D	B	B
80	D	C	B	D
81	B	C	D	A
82	B	B	C	C
83	C	C	B	D
84	B	A	C	A
85	C	D	A	D
86	B	C	B	C
87	C	A	C	C
88	*	*	*	*
89	D	C	D	A
90	B	A	C	C
91	C	A	B	B
92	A	C	C	C
93	B	B	D	B
94	C	A	C	A
95	D	B	B	C
96	A	C	A	B
97	D	A	D	A
98	B	D	A	B
99	A	A	D	C

100	C	A	D	B
-----	---	---	---	---

(*) **Questão Anulada - CEEO**